

Maria Cecília Landim é
reeleita presidente do
Consad.

Página 2

Informativo do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração

Por uma agenda de consenso



Cecília Landim, o governador Lúcio Alcântara, Carlos Mauro Benevides Filho, Vicente Trevas, Nelson Machado e Delúbio Pereira

Os secretários de Administração, reunidos em Fortaleza nos dias 15 e 16 de abril, decidiram criar, no âmbito do Consad, agendas de consenso sobre temas de interesse comum, com o objetivo de fortalecer a ação administrativa dos estados, mediante posição em bloco, mantida por informações compartilhadas. Decidiram ainda intensificar os debates com o Conaprev em torno de soluções que possam viabilizar a implantação da reforma previdenciária nos estados. Além disso, promoverão gestões jun-

to aos governadores para incluir o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) na agenda do Governo Federal.



A plenária do Consad

Página 3

Nesta Edição

As experiências inovadoras dos estados.

Páginas 4 e 5

O PNAGE e o diagnóstico das administrações.

Página 6

Consad lança revista

Página 7

Palestra

A previdência e o impacto da emenda 41 – Por Delúbio Gomes Pereira.

Página 7

Discurso

Uma agenda positiva para o Estado
Por Maria Cecília Landim

Página 8


O próximo

fórum do
Consad será na
cidade de São
Paulo, em julho.

Editorial

Em nome do bem comum

Desde que foi criado, em novembro de 2000, o Consad realizou 14 fóruns de secretários de Administração, em vários estados, com o apoio de seus respectivos governadores. Há um consenso não só entre os secretários de Administração, mas entre governantes, ministros, consultores e especialistas em administração pública que hoje os encontros periódicos do Consad constituem-se um espaço privilegiado de debate das questões relacionadas à gestão pública brasileira, dado o alto grau de maturidade política dos participantes que, independentes de engajamento partidário, trabalham pelo bem do Brasil. Durante os dois dias do encontro, num ambiente de intenso dinamismo, secretários e convidados fazem profundas reflexões sobre a problemática nacional, levando-se em conta a diversidade das realidades brasileiras. Ao final, são apresentadas soluções viáveis, consolidadas nas históricas e bem fundamentadas cartas do Consad.

A convite da presidência do conselho, que tem como uma de suas bandeiras a construção de uma política de gestão pública apoiada na solidariedade entre estados e União, representantes do Governo Federal, reitores de universidades e doutores em Administração Pública destacam o que há de melhor hoje da inteligência nacional sobre os diversos temas da causa pública. Um dos resultados desse grande e permanente debate foi a criação do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal, (PNAGE) nascido e consolidado em fóruns do Consad. Em torno dele, trabalham secretários e técnicos das administrações estaduais, representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e capacitados consultores. Pela primeira vez na história da Administração Pública Brasileira, é realizado um diagnóstico completo de gestão dos 26 estados e do Distrito Federal, com a finalidade de implementar eficientes políticas estaduais.

Enquanto o PNAGE está sendo construído, as Secretarias de Administração se unem para dar um salto qualitativo em suas gestões, com a implantação de políticas mais eficientes de recursos humanos e tecnológicos, a fim de fazer frente às demandas de uma sociedade cada vez mais exigente em termos de prestação de serviços. Esse trabalho também é, em parte, fruto da troca permanente de experiências criativas e inovadoras que ocorrem nos fóruns do Consad, onde as parcerias têm lugar de destaque.

53º Fórum

Autoridades ressaltam nova política de gestão pública

"Os fóruns do Consad transformaram-se numa usina de criatividade dando alento para a construção de uma nova política de gestão pública, apoiada na solidariedade entre os estados da União e na concretude da idéia do federalismo cooperativo", disse a presidente do conselho, Maria Cecília Landim, ao abrir o 53º Fórum Nacional de Secretários de Administração, em Fortaleza. "Somos – frisou Cecília Landim- operários da gestão pública, agindo em nome do bem comum, independentemente de partidos, ideologias ou conjunturas adversas".

A solenidade foi prestigiada pelo governador do Ceará, Lúcio Gonçalo de Alcântara; o secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Machado; e o subchefe de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República, Vicente Trevas. O secretário de Administração do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho, deu as boas-vindas aos participantes do fórum, ressaltando as experiências exitosas a serem compartilhadas durante o encontro. O governador Lúcio Alcântara manifestou a sua satisfação em abrir o fórum de secretários e destacou o papel fundamental das Secretarias de Administração no atual contexto, quando os gestores públicos trabalham com grandes restrições de recursos. "Daí a importância de uma gestão eficiente por parte das Secretarias de Administração, que passam a ter como desafio a inovação", afirmou Alcântara.

O secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Machado agradeceu ao Consad pelo convite e reafirmou o interesse de sua pasta em atuar cada vez mais de forma articulada com as administrações estaduais, com vistas à utilização racional dos recursos públicos e a uma efetiva melhoria da prestação de serviços à população.

Vicente Trevas reforçou a tese do pacto federativo, com a possibilidade de se criar um novo relacionamento entre estados, municípios e o Governo Federal. Segundo ele, é fundamental, para a construção desse novo pacto, que se tenha presente os dois conceitos básicos da federação: aliança e autonomia. Trevas afirmou que o grande desafio para um entendimento amplo tem que ser dado na direção dos problemas de hoje, lembrando que o Brasil é um país de dimensões continentais onde as realidades são diferentes nos estados federados e nos municípios.

Expediente

Jornal do CONSAD
Informativo do Conselho Nacional de Secretários de Administração
SGON-Area Especial 01, Quadra 01
CEP: 70.610-610- Brasília- DF
Site: www.consad.org.br

Presidente
Maria Cecília Landim (Distrito Federal)
1º Vice-Presidente
Vicente de Oliveira Silva (Alagoas)
2º Vice-Presidente
Carlos Alberto Sampaio Cantuária (Amapá)

Junta Fiscal
Thais de Melo e Silva Mesquita dos Santos (Pará)
Evelyn Levy (São Paulo)
João Manoel Lima de Farias (Paraíba)

Colegiado
José Anchieta Batista (Acre), Jorge Nelson Smorigo (Amazonas),
Marcelo Pereira Fernandes de Barros (Bahia), Carlos Mauro Benevides Filho (Ceará), Guilherme Gomes Dias (Espírito Santo), Jeovalter Correia Santos (Goiás), Luciano Fernandes Moreira (Maranhão), Geraldo Aparecido de Vito Júnior (Mato Grosso), Ronald de Souza Franco (Mato Grosso do Sul), Antônio Augusto Junho Anastasia (Minas Gerais), Frederico Aníbal da Costa Monteiro (Pará), Mizael Elias de Moraes

Cecília Landim: presidente do Consad



A secretária Maria Cecília Landim foi reeleita presidente do Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad), durante o fórum em Fortaleza. Escolhida por aclamação, seu trabalho à frente do Consad foi ressaltado por muitos de seus pares, com destaque para o fortalecimento da entidade. Nos últimos dois anos, o Consad deu maior visibilidade aos fóruns, hoje inseridos na agenda nacional política com elevado grau de articulação e de agilidade no trato das questões prementes da gestão pública brasileira. Cecília Landim criou o jornal do Consad, a revista Governança e Desenvolvimento, e transformou os encontros da entidade em profícios debates da problemática nacional e de troca de experiências inovadoras entre os estados e o Governo Federal.

O secretário de Alagoas, Valter de Oliveira Filho, foi eleito para a primeira vice-presidência do conselho. E Carlos Alberto Sampaio Cantuária, secretário do Amapá, para a segunda vice-presidência. Os secretários da Paraíba, Misael Elias de Moraes; do Pará, Frederico Aníbal Costa Monteiro; e a representante de São Paulo, Evalyn Levy, foram eleitos para a Junta Fiscal. Os secretários suplentes são: Geraldo Aparecido de Vito Júnior, de Mato Grosso; Maria Regina Souza, do Piauí; e José Ivan de Carvalho Paixão, de Sergipe.

(Paraíba), Reinhold Stephanes (Paraná), Mauricio Eliseu Costa Romão (Pernambuco), Maria Regina Souza (Piauí), Vanice Regina Lirio do Vale (Rio de Janeiro), Artur Nunes de Oliveira Filho (Rio Grande do Norte), Jorge Celso Gobbi (Rio Grande do Sul), Edmundo Lopes de Souza (Rondônia), Landercy Figueiredo Pereira (Roraima), Marcos Luiz Vieira (Santa Catarina), José Ivan de Carvalho Paixão (Sergipe), Zenaide Cândido Noléto (Tocantins).

Edição:
Maria Felix Fontele (302/03/52-DRT/GO)
e-mail: maria.felix@sga.df.gov.br

Arte, Fotolito, Impressão:
Bárbara Bela Editora Gráfica Ltda - (61) 356-1818

Carta de Fortaleza



O Conselho Nacional de Secretários de Administração – Consad, no LIII Fórum Nacional de Secretários de Administração, realizado nos dias 15 e 16 de abril de 2004, em Fortaleza, após discussão de relevantes temas dos estados e do Distrito Federal, aprova e destaca suas conclusões:

- 1) Articular-se no sentido da inclusão do PNAGE como item da agenda do governo federal, através de apoio a confecção de carta dos governadores ao Senhor Presidente da República;
- 2) Pleitear perante as autoridades federais que o processo de avaliação por parte da Secretaria do Tesouro Nacional com vistas ao enquadramento do Estado, na análise de capacidade de endividamento para autorização de captação de recursos via PNAGE, utilize a metodologia de avaliação do retorno da aplicação dos recursos por este liberado, na alavancagem da capacidade futura de pagamento deste e não a situação atual;
- 3) Criar ao nível do Consad agendas de consenso sobre temas de interesse comum, com o objetivo de fortalecer a ação administrativa dos estados, mediante posição em bloco, suportada por informações compartilhadas;
- 4) Articular-se no sentido de promover reunião com o Conaprev, com objetivo de discussão em conjunto de soluções que possam implementar as ações que viabilizem a implantação da reforma previdenciária nos estados;
- 5) Reafirmar os termos da carta de Maceió em recomendar a discussão da relação entre os Poderes Constitucionais, visando obter a plena harmonia preconizada na Constituição;

6) Reconhecer o trabalho até aqui realizado pelo Departamento dos Regimes Próprios de Previdência e a importância de sua continuidade para a implantação dos resultados propostos na Reforma Previdenciária.

Fortaleza, 16 de abril de 2004

MARIA CECÍLIA LANDIM
Presidente do CONSAD



Estados

Inovação aliada à eficiência

A troca de experiências tem sido um dos pontos altos dos fóruns do Consad. Durante o encontro, os secretários apresentam resultados de inúmeros projetos implantados em seus estados, todos eles destinados a melhorar a função pública e o atendimento à população

Ceará

Recursos bem administrados

O secretário de Administração do Ceará, Mauro Benevides Filho, apresentou, no fórum, dois projetos que vêm revolucionando a gestão pública do estado. **O Programa de Inovação em Suprimentos (PIS)**, desenvolvido pela sua pasta em parceria com a Secretaria da Controladoria, padroniza e centraliza os contratos corporativos de mão-de-obra administrativa, serviços de limpeza, combustíveis e serviços de telefonia na Secretaria de Administração. Sua implementação, prevista para o primeiro semestre deste ano, deverá gerar uma economia de até R\$ 30 milhões anuais. "Pioneiro do setor público – destacou Mauro Benevides - o projeto tem como pressuposto a centralização da política e da gerência e a descentralização das operações". O novo contrato regido pelo PIS irá eliminar distorções uma vez que as compras terão apenas um contratante, no caso o Governo do Ceará. Cerca de 40 servidores participam da implantação do projeto. Já foi feito o mapeamento de todas as despesas do Estado.

O outro projeto apresentado pelo secretário é o da **centralização dos orçamentos do Governo na Secretaria de Administração**, cujo objetivo é democratizar e socializar os recursos públicos com os diversos órgãos, priorizando os projetos de escopo global. Assim, estão centralizados na Secretaria de



Administração, os orçamentos de Tecnologia da Informação, capacitação, modernização administrativa, contratação de terceiros e desenvolvimento institucional. Compete, agora, à Secretaria de Administração analisar e deliberar, a cada quadrimestre, os projetos a serem financiados pelas fontes de recursos orçamentários. Em contrapartida, os órgãos deverão elaborar o plano operativo no Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas (Siap). No setor de Tecnologia da Informação, a medida vem sendo adotada desde 2003, o que resultou em uma economia de R\$ 1,3 milhões. O projeto prevê também a valorização dos recursos humanos, com foco na prestação de serviços ao cidadão.

Distrito Federal

O novo perfil do servidor do DF

Realizado pela Secretaria de Gestão Administrativa em um período de pouco mais de 30 dias,

durante o mês de novembro de 2003, o recadastramento de 117 mil servidores públicos ativos, militares e empregados do Distrito Federal via Internet apresentou um novo perfil do servidor público do DF. Essa experiência de sucesso foi levada ao fórum pela secretária Maria Cecília Landim. A pesquisa, coordenada pelo assessor Especial de Acompanhamento e Avaliação da Gestão, Edson Teramatsu, visa complementar as informações de natureza pessoal de servidores, militares e empregados, em atividade; otimizar a política de gestão de recursos humanos, a partir de uma base de informações atualizada; criar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional; e, além disso, possibilitará o surgimento de um novo cenário – ágil e moderno - de pesquisa e atuação ao órgão gestor de recursos humanos.

O universo alcançado pelo recadastramento foi de 8,3% de 1,4 milhão da população economicamente ativa do DF. A metodologia utilizada permitiu o acesso individual de cada servidor, militar e empregado por meio da Internet, com disponibilização de senha pessoal, constante de carta anexada ao contracheque de outubro/2003.

O resultado foi surpreendente. Os números revelaram um servidor com nível de escolaridade elevado. Mais de 35% concluíram o 3º grau, 6% têm curso de pós-graduação e 42,8% terminaram o 2º grau. Na última pesquisa, realizada em



novembro de 2000, apenas 16% tinham formação acadêmica e 32% o 2º grau concluído. Os dados também revelaram que 53% dos servidores são casados e mais de 62% possuem residência própria. Cerca de 14% dos servidores casados e 23,6% dos solteiros estão matriculados no 1º, 2º e 3º graus de ensino. O trabalho foi um sucesso. Do universo de servidores, 99% se cadastraram dentro do período determinado.

Paraíba Censo atualiza dados funcionais

Com o objetivo de validar e unificar a base de dados e conhecer o corpo funcional do Estado, a Paraíba também realizou o censo de seus 86 mil servidores ativos e inativos, segundo observou o secretário-adjunto de Administração João Manoel Lima de Farias. As informações obtidas servirão para compor o Portal do Servidor, criar uma matrícula única para cada funcionário, implantar um cartão de identificação do servidor e modernizar o sistema de recursos humanos, dentro do programa de valorização do servidor. Outros benefícios desse trabalho apontam para a redução do custo médio por

processo, serviço e produto, permitindo uma maior aplicação de automação e otimização dos processos com foco no produto; liberação da mão-de-obra especializada para atuação em setores finalísticos mais carentes; bem como para a criação de programas de capacitação e treinamento.

Realizado por servidores do Governo, em conjunto com uma empresa privada, o censo produziu resultados nunca antes alcançados. A equipe de trabalho montou e implantou 17 ilhas itinerantes que percorreram João Pessoa e 30 municípios. Cada ilha, monitorada por quatro técnicos, continha um microcomputador, um scanner de produção, câmera digital e um leitor de impressões digitais. O sistema funcionou integrado com a Web. Assim, qualquer servidor estadual poderia acompanhar o andamento do processo. A captura de foto no momento da digitalização dos dados forneceu ao Estado a aquisição de ficha completa do servidor.

Alagoas Resgate da auto-estima dos servidores

O processo de valorização e resgate da auto-estima dos servidores foi resgatado com a implantação da política de carreiras e subsídios dentro do Estado, conforme lembrou o secretário de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio de Alagoas, Valter Oliveira Silva. Segundo ele, sua pasta não poupou esforço para implantar um modelo de cargos e carreiras capaz de atender aos anseios da maioria dos servidores. Ele lembrou que a política de subsídios vem reduzir as disparidades salariais, resgatando a cidadania e valorizando o trabalho do servidor público, além de permitir ao Poder Executivo a

realização de um planejamento mais eficiente dos futuros reajustes salariais.

Para corrigir as disparidades salariais, o governo implantou uma política de remuneração por meio de subsídios com vistas a estabelecer a isonomia salarial e o Plano de Cargos e Carreiras (PCC) por categoria. Assim, ficaram estabelecidas quatro faixas de progressão com intervalos de cinco anos entre as classes, prevalecendo a quantidade de horas, em cursos de capacitação, como requisito para a ascensão de uma classe para outra. A elaboração do PCC foi feita mediante discussão direta com os servidores através de suas entidades de classe. O processo de remuneração via subsídios com os funcionários do Magistério serviu de referência para as demais implantações, levando-se em conta



estudos de impacto na folha de pagamento. Conforme informações do secretário, até o momento, as implantações atingem um total de 86,76% dos servidores, diminuindo a diferença entre o maior e o menor salários, passando a ser de 33 vezes. A meta é chegar a um patamar de diferença de 15 vezes. Antes, essa diferença era de 75 vezes entre o maior e o menor salários.

PNAGE

Radiografia das administrações

As negociações em torno do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal - PNAGE vêm avançando de maneira promissora. Neste momento, está sendo completado o diagnóstico das administrações públicas estaduais, iniciativa inédita no Brasil, dadas a abrangência, a profundidade e a complexidade do trabalho.

O levantamento consiste não só na identificação dos problemas comuns, mas também na realização de uma verdadeira radiografia de cada Estado, contemplando aspectos como planejamento, regionalização, participação e inclusão, redes institucionais, serviços de atendimento ao cidadão, racionalização de gastos, compras governamentais e informática pública.

O PNAGE é um programa global com projetos elaborados pelas unidades da federação, com ênfase na busca de convergências para desenvolvimento de soluções compartilhadas, visando a redução de custos dos projetos.

O programa se caracteriza ainda pela transversalidade de suas propostas e ações, uma vez que, embora tenha o foco orientado para o planejamento e a gestão, perpassa todas as demais áreas de governo, priorizando aquelas que consomem um grande volume de recursos e mobilizam a maior parte dos seus efetivos, como saúde, educação e segurança pública.

Parcialmente a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o PNAGE apresenta alternativas para aparelhar e simplificar as administrações estaduais, aumentando sua eficiência e capacitando seus recursos humanos, além de democratizar o acesso aos serviços públicos.

A fase de elaboração dos projetos estaduais deverá ser concluída em meados de junho de 2004. Nesse mesmo período, ficarão prontos

o Marco Operacional e o Marco Estratégico. A versão final do projeto deverá ficar pronta em julho de 2004. A fase de negociação e de assinatura envolvendo o Ministério do Planejamento, Banco Central, Caixa Econômica Federal, Senado e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) deverá ser definida posteriormente.

O programa foi autorizado pela Carta-Consulta 654/ 658, de 10 de dezembro de 2002.

Seu custo total é de US\$ 310,000.000 (60% dos recursos serão provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID e 40% dos estados e do DF).

O PNAGE adotará um modelo de execução semelhante ao do PNafe. O mutuário será a Caixa Econômica Federal (CEF) e os submutuários e executores os estados da federação e DF, por intermédio da assinatura de subemprestimos com a CEF.

A co-execução do programa caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à CEF. A Unidade de Gerenciamento Central do Programa (UGP) deverá ser constituída na Secretaria-Executiva do MP. Em cada estado mutuário, será formada a Unidade de Gerenciamento Local (UEL). Os beneficiários finais serão os usuários de serviços públicos e contribuintes. A operacionalização do investimento deverá abranger o período 2004 a 2009.



Software Público Brasileiro

O grupo temático de Tecnologia da Informação (TI), coordenado pelo secretário Jeovalter Correia Santos, presidente da Agência Goiana de Administração e Negócios levou ao fórum a ferramenta Software Público Brasileiro, que será hospedado no site do Consad. A iniciativa irá facilitar a implantação de novas ferramentas nos diversos setores administrativos dos estados e promover a integração entre as unidades federativas. Tem as funcionalidades de manutenção de projetos, consultas e downloads. Em breve, estará no ar.

Consad e MP firmam cooperação técnica

A presidente do Consad, Maria Cecília Landim; e o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Machado, assinaram, durante o fórum, um protocolo de intenções que terá como objeto o fomento e a troca de conhecimentos e experiências nas áreas de modernização do Estado e da Administração Pública. O termo abrange a formação e gestão de recursos humanos, sistemas de compras, materiais e serviços; reestruturação organizacional, desenvolvimento e difusão do governo eletrônico e projetos de melhoria da prestação de serviços públicos.

O processo de cooperação envolverá a realização de atividades conjuntas,

com a troca constante de experiências, resultando na formação de um banco de dados. O Consad e o MP disponibilizarão, no âmbito de suas competências, apoio logístico necessários à realização de eventos e atividades relativas aos programas que vierem a ser acordados nas áreas de gestão e modernização do Estado.



Palestras

Previdência, o impacto da emenda 41



levante foi, conforme lembrou, a mudança da base de cálculo das aposentadorias, com a inserção de novas regras, havendo uma necessidade imediata de treinamento dos servidores públicos que tratam da matéria, dada a alta complexidade das regras de concessão do benefício previdenciário.

Delúbio destacou as novas regras do teto para aposentadorias e pensões, incluindo as de transição; a previdência complementar para os servidores públicos; a mudança do cálculo do valor das pensões; aposentadoria por tempo de contribuição; contribuição sobre aposentadorias e pensões; aplicação do teto remuneratório geral; paridade entre ativos, inativos e pensionistas; e ainda sobre os aspectos diversos. Em todos os temas, fez uma análise entre a regra anterior e a atual, subsidiando os estados com informações importantes.

Sistema de Informações do Governo Federal

Com o objetivo de dar maior transparência da estrutura organizacional do Governo Federal à sociedade, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão implantou o Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal (SIORG). O sistema, apresentado no fórum de secretários pelo técnico Raimundo Soares Correia, do Programa Gestão Empreendedora do MP, gerencia o processo de criação de novas estruturas organizacionais e revisa as existentes; e acompanha a evolução dos desenhos institucionais e o quantitativo de cargos e funções comissionadas. São mais de 53 mil órgãos cadastrados, permitindo a localização de seus titulares em mais de 1,4 mil cidades.

Todas as informações são oficiais (publicadas no Diário Oficial). O SIORG fornece a visualização da estrutura hierárquica do Governo Federal, com acesso imediato às informações a respeito dos órgãos. Também oferece a opção de se obter informações de um ou vários órgãos a partir do nome ou cargo de seu titular. Por meio da consulta, o cidadão também pode saber qual órgão exerce determinada função no Governo Federal. O SIORG, segundo Raimundo Correia, vem agilizar e tornar mais confiáveis as informações, proporcionando ao administrador melhor acompanhamento das políticas e diretrizes definidas pelo Governo Federal, contribuindo para o processo de reforma do Estado, além de recuperar em tempo real o histórico das estruturas organizacionais.

Consad lança revista



Foi lançada, durante o fórum, a primeira edição da revista *Governança e Desenvolvimento*, uma iniciativa da presidente do Consad, Maria Cecília Landim. “A revista é mais um instrumento que se cria para, ao lado do jornal, favorecer a integração e a troca de experiências entre as secretarias de Administração”, destacou Cecília Landim. Segundo ela, a nova publicação será repositório da memória do Consad e da própria história da administração estadual no Brasil, registrando experiências e ouvindo experts do Brasil e do mundo em termos de melhoria da gestão pública. E informou que para facilitar o acesso a dirigentes, pesquisadores, funcionários e estudantes, a revista também tem uma versão eletrônica, a disposição dos interessados na Internet.

O governador do Ceará, Lúcio Alcântara, observou: “Essa feliz iniciativa, que temos a satisfação de lançar em solo cearense, resgata no seu próprio título a idéia de que uma das condições fundamentais para o desenvolvimento é a boa governança, que depende do esforço continuado de racionalização da máquina pública”.

O diretor da revista, o professor Frederico Lustosa, da Fundação Getúlio Vargas, lembrou, na ocasião, que a revista vem preencher uma lacuna entre os periódicos de caráter técnico. A revista traz artigos técnicos, contribuições dos estados sobre suas experiências no campo inovador da gestão pública, além de seções permanentes.

Discurso

A presidente do Consad agradeceu ao governador Lúcio Alcântara pela hospitalidade na agradável cidade de Fortaleza, cuja honrosa presença na abertura do fórum testemunhou o seu interesse pela gestão pública e seu apreço pelo espírito federalista que anima a todos

Uma agenda positiva para o Estado

Por Maria Cecília Landim*

A realização desta reunião em Fortaleza tem um significado todo especial. Foi aqui, em meio a essa paisagem paradisíaca que presidi pela primeira vez o nosso fórum. Foi aqui, no solo fértil do litoral cearense, que encontrei as energias necessárias para vencer os desafios que se nos apresentam nesta difícil quadra da vida nacional. Desde então, as reuniões deste fórum se transformaram numa usina de criatividade e nos deram alento para construirmos juntos uma nova política de gestão pública, apoiada na solidariedade entre os estados da União e na concretude da idéia do federalismo cooperativo.

Nesse sentido, ganham consistência e operacionalidade três importantes iniciativas surgidas das discussões que aqui travamos nos últimos anos. A primeira foi a consolidação do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal - PNAGE, cujas negociações vêm avançando de maneira muito promissora. Através delas vamos buscar alternativas para aparelhar e simplificar as administrações estaduais, aumentando sua eficiência; capacitar seus recursos humanos, aumentando sua eficácia e o acesso aos serviços públicos. Neste momento, estamos completando o diagnóstico das administrações públicas estaduais, iniciativa inédita no Brasil, dadas a abrangência, a profundidade e a complexidade do trabalho. Esse diagnóstico revelou que o nosso grande desafio está relacionado à questão dos recursos humanos. A administração pública é basicamente uma prestadora de serviços e serviços são realizados através de pessoas. Então é preciso investir nas pessoas, na sua capacitação e na sua motivação. Trata-se de investir continuada e maciçamente em capital intelectual, gerenciar conhecimentos e desenvolver organizações que aprendem. Isso só é possível mediante políticas consistentes e complementares de modernização tecnológica e de capacitação e incentivos de pessoas.

Por isso, o diagnóstico também constata que é preciso aparelhar a máquina com o que existe de melhor em matéria de tecnologia da informação e em tecnologia de gestão, modernizando os sistemas que gerenciam o material, o patrimônio, os transportes, etc.

A segunda grande iniciativa do Consad foi a instituição dos grupos temáticos, reunindo especialistas das diversas secretarias de administração, como forma de divulgar experiências, trocar informações e valorizar os talentos regionais. Foram formados quatro grupos - recursos humanos, logística, tecnologia da informação - e atendimento ao público - que já começam a produzir os primeiros resultados, como a intensificação do uso do pregão eletrônico, a parceria com o Banco do Brasil para o compras.net e a posição sobre o software livre, para tomar como exemplo apenas à área de informática pública.

Essa experiência consistiu num passo decisivo para estabelecermos formas mais efetivas de cooperação entre os estados, como a transferência de tecnologias e o uso compartilhado de recursos - soluções em software, negociação com fornecedores oligopolizados, programas de ensino, etc. Com relação a esse último aspecto, estamos avançando no sentido da constituição de uma rede nacional de capacitação, capaz de criar e manter, com apoio de instituições universitárias, programas comuns, para a formação de gerentes técnicos.

A terceira iniciativa do Consad foi a criação da revista Governança e Desenvolvimento, mais um instrumento que se cria para, ao lado do jornal, favorecer

a integração e a troca de experiências entre as secretarias de administração. Ela é o repositório da memória do Consad e da própria história da administração estadual no Brasil, registrando experiências e ouvindo experts do Brasil e do mundo em termos de melhoria da gestão pública.

Senhor Governador,
Senhores e senhoras secretários,

Aprendemos muito nesses últimos anos. Pode-se dizer que, de certa forma, conseguiu-se estabelecer a eficiência como um valor normativo prioritário. As novas formas institucionais, conforme a situação específica de cada tipo de atividade, têm seu lugar garantido na nova política de gestão pública. A articulação mais estreita entre planejamento e gestão não pode ser abandonada. O uso intensivo de formas de avaliação de resultados organizacionais e desempenho gerencial tem que ser ampliado para todas as áreas de governo.

Segundo esta despretensiosa investigação, buscamos construir um organismo que deve ser um:

GOVERNO NECESSÁRIO, que respeita os limites de intervenção legítima do Estado na vida privada dos cidadãos, mas, ao mesmo tempo, exerce sua capacidade de coordenação de decisões dos agentes sociais e econômicos na construção do desenvolvimento sustentável;

GOVERNO INCLUIDENTE, que reconhece e garante o pleno exercício dos direitos de cidadania e, portanto, amplia a oferta de serviços públicos, em geral, e dos serviços sociais, em particular;

GOVERNO DESCENTRALIZADO, que aumenta sua capilaridade e aproxima as decisões das ações, favorecendo a participação cidadã na implementação das políticas públicas e o controle social sobre os serviços oferecidos;

GOVERNO EFICAZ, que melhora a qualidade do planejamento e da execução e aprofunda e intensifica a articulação entre planejamento e gestão, de sorte a aproximar meios e fins, subordinando estes àqueles, favorecer a horizontalidade e a integração de funções e tornar mais ágil a gestão de programas e projetos; **GOVERNO EFICIENTE**, que busca realizar mais atividades com o mesmo volume de recursos, adotando, de forma sistemática contínua, regular e universalizada, instrumentos de aferição de custos dos serviços públicos e estabelecendo padrões de comparação, de maneira a reduzir gastos e eliminar desperdícios;

GOVERNO PROFISSIONAL, que adota diretrizes mais claras e efetivas para o trato da função pública, levando em conta, além das tradicionais limitações legais e orçamentárias, a importância dos recursos humanos para o governo - essencialmente um prestador de serviços através de pessoas - e suas singularidades;

GOVERNO DIGITAL ou governo eletrônico, que favorece o uso intensivo e compartilhado dos frutos do progresso nas tecnologias de informação e comunicação, com a progressiva informatização de serviços com grande interface com o cidadão-cliente, facilitando o acesso em balcão ou através de conexão on line.

Uma agenda muito mais rica e diversificada nascerá dos debates intencionalmente orientados que continuaremos a realizar no Consad e nos grupos temáticos. Muitas experiências inovadoras de reforma administrativa, de planejamento e avaliação, de modernização da informática pública, de combate ao desperdício, de gestão de recursos humanos, de ensino à distância estão sendo desenvolvidas em diversos estados. Vamos nos irmanar e tirar proveito desse capital de trabalho e imaginação, acumulado graças aos recursos que nos são postos à disposição pelos cidadãos brasileiros.

Creio que nenhum de nós tem respostas prontas para os desafios que se nos apresentam. Mas muitos de nós estamos formulando algumas boas perguntas. É um bom começo. Que Deus nos ilumine e nos dê forças para superar as dificuldades do momento e trabalhar com maior afinco na construção do futuro. Pelo bem do Brasil.

*Presidente do Consad

OBS: (O texto acima é um resumo de seu discurso proferido na abertura do fórum)

